

A periferia é o limite: notas sobre a crise do modelo ocidental de urbanização*

*Elizete Menegat***

Resumo

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a face urbana da crise da civilização ocidental contemporânea. Neste quadro, consideramos a gênese e o desenvolvimento do modo de urbanização do Ocidente como um todo estruturado entre centro e periferia. Assim, buscamos compreender os processos de urbanização do Brasil e da América Latina como partes indissociáveis da história da urbanização do mundo ocidental. Consideramos, portanto, que a crise urbana atual alcança a totalidade do Ocidente, muito embora seja na sua periferia que a face mais perversa se apresenta. Aqui, nas fronteiras do Ocidente, interpretamos a segregação crescente dos *sem-propriedade* em áreas clandestinamente ocupadas do território das metrópoles e grandes cidades como expressão dos limites dessa forma e desse conteúdo civilizatório.

Palavras-chave: civilização ocidental; colonização; urbanização; território; crise; metrópole; segregação; ocupações clandestinas; formas de apropriação pública e privada.

* O conteúdo deste texto, com algumas modificações, foi apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Urbano do CLACSO, em agosto de 2004, na cidade de La Paz.

** Doutora em planejamento urbano e regional na Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. E-mail: zetepaixao@uol.com.br

Abstract

The objective of this paper is to reflect on the urban face of the crisis confronting contemporary western civilization. In this scenario, we consider the genesis and development of the mode of urbanization in the West as a whole, structured with a centre and periphery. Thus, we tried to understand the urbanization processes in Brazil and Latin America in general as indissociable parts of the history of urbanization in the western world. We consider, therefore, that the current urban crisis affects the West as a whole, although it is on its periphery that the most perverse facets are presented. Here, on the frontiers of the West, we interpret the increasing segregation of the propertyless in squatters' settlements in the major cities as an expression of the limits of this civilizing form and content.

Key-words: western civilization; colonization; urbanization; territory; crisis; metropolis; segregation; squatters; settlements; public and private appropriation forms.

Em 1919, em meio à desordem pós-guerra, Paul Valery escrevia: “Nós, civilizações, sabemos agora que somos mortais”. O autor referia-se à finalização dos processos de expansão e apropriação da superfície da Terra, acrescentando:

Toda a terra habitável foi nos dias de hoje reconhecida, demarcada, partilhada entre as nações. A era dos terrenos vagos, dos territórios livres, dos lugares que são de ninguém, portanto, a era da livre expansão, está encerrada (...) O tempo do mundo finito começa. (Apud Lefort, 1996, p. 40)

Valery referia-se à face, raramente exposta, da crise diretamente relacionada às guerras pela apropriação da superfície da Terra, cujos contornos a cartografia dos séculos XVIII e XIX havia acabado de detalhar, na totalidade. O Ocidente moderno completava, naqueles séculos, o conhecimento sobre a configuração terrestre concreta, bem como alcançava domínio sobre as técnicas de representação planimétrica da superfície global, o que lhe conferia um poder inigualável para definir estratégias também globais de dominação. O mapa *mundi* representava, pela primeira vez, a realidade da superfície terrestre como totalidade concretamente finita, como continente definitivamente limitado. Com isso, encerrava-se o tempo das imaginações mitológicas fecundas sobre a natureza da forma da Terra.

Estava definitivamente encerrada a jornada histórica de dispersão do homem sobre regiões desconhecidas da superfície da Terra, cuja extensão algumas vezes pareceu-lhe ilimitada para acomodar, indefinidamente, todos os seus descendentes.

Chateaubriand, que escreveu em 1841, portanto antes de Valery, já expressava sentimentos de finitude do *tempo* e do *mundo* que contrastavam profundamente com a crença iluminista assentada nas possibilidades ilimitadas do progresso material e na reversibilidade permanente do espaço. Neste trecho, que parece tão atual, esse autor refere-se àqueles que, uma vez desenraizados, já não têm lugar em *um globo por toda parte esquadrihado*:

Como achar lugar numa terra ampliada pela potência de ubiquidade e reduzida às proporções de um globo por toda parte esquadrihado? Não restaria senão pedir à ciência o meio de mudar de planeta. (Apud Lefort, 1996, p. 36)

À aparência de desordem presenciada no nível da superfície, corresponde uma ordem poderosa de apropriação dos recursos existentes sobre a face da terra que não deixa dúvidas quanto à sua perversidade. O *esquadrihamento* do globo produz legiões de *sem-lugar*. Diante da impotência, o autor ironicamente propôs – há 160 anos atrás – a evasão do planeta!

Interessa recordar que, à época em que Chateaubriand escreveu, o Ocidente ainda estava sob o efeito, não apenas da revolução industrial, mas, também, e de maneira indissociável, da revolução urbana que, paulatina e impiedosamente, instituía uma nova ordem jurídico-política baseada na propriedade pública e privada nos campos e nas cidades. O *esquadrihamento* das terras pela propriedade privada – e não a industrialização – é causa imediata do desenraizamento de milhões de camponeses europeus que, no século XVIII ainda viviam sob formas comunais de apropriação. Robert Castel (1998) assinala com eloquência que, após serem violentamente arrancados do lugar que habitavam, as marchas de famintos eram vistas pelas estradas a caminho das cidades. Uma vez destituídos dos meios de vida, buscavam ingresso no meio urbano onde eram condenados a vender sua força de trabalho em troca da sobrevivência em

condições miseráveis. Amontoados em bairros segregados, habitando espaços mínimos e insalubres, foram interpretados como o *outro*, o inculto e incivilizado, cuja presença representava uma ameaça sem precedentes à ordem: “É preciso encontrar um remédio eficaz para a chaga do pauperismo ou preparar-se para a desordem do mundo” (Buret, apud Castel, 1998, p. 30).

Como relatou Marx no capítulo XXIV de *O Capital*, os remédios aplicados variaram desde a imposição de uma regulamentação rígida do comportamento visando a ordem pública, até o extermínio físico e a deportação do excedente populacional em grandes levas para as Américas.

As emigrações em massa de europeus em direção ao continente americano, iniciadas no século XVIII e intensificadas ao longo de todo o XIX, ilustram bem uma dada face da articulação centro-periferia na resolução de tensões sociais motivadas pelo excedente populacional no período em que a regulamentação da propriedade privada estendia-se nos países centrais. Como sabemos, o ingresso de imigrantes ocorria ao custo do desenraizamento e extermínio da população americana nativa e mestiça. No Brasil, por exemplo, o massacre dos camponeses pobres de Canudos em 1889, coincidiu, praticamente, com o programa de assentamento, em pequenas propriedades rurais, de milhares de imigrantes europeus no Sul do Brasil. O crescimento interno dos *destituídos de propriedade*, dos *sem-lugar num mundo esquadrihado* pela propriedade privada é um fenômeno que se estende do centro para a periferia e ganha permanência nas entranhas do Ocidente moderno.

No prefácio de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrito em 1845, Engels sugeria a utilização dos seguintes termos como sinônimos: *classe não proprietária*, classe operária, trabalhadores e proletários. Engels referia-se a dificuldades reais de classificação da novidade representada pelo fenômeno de ingresso em massa dos camponeses pobres e livres nas cidades do Ocidente. O autor tendia classificá-los como *classe operária* sempre que se referia à posição que ocupavam na divisão social do trabalho; e os classificava como *classe não-proprietária* sempre que o seu olhar se dirigia à posição que ocupavam na divisão do espaço social (Engels, 1985).

Ao recriar a propriedade privada, o proprietário moderno criou o seu *outro*, o *sem-propriedade*. Este fato, poucas vezes lembrado, encontra-se instalado no coração da noção moderna de ordem e desordem. Na Antigüidade clássica, prevaleceu a situação em que o *outro*, o bárbaro, encontrava-se fora dos limites territoriais da civilização. Fora, portanto, dos limites do Ocidente, o que queria dizer fora do espaço social estruturado em propriedades públicas e privadas, urbanas e rurais. O bárbaro capturado tornava-se escravo e, nessa condição jurídica, era-lhe assegurada a sua reprodução – mesmo que indignadamente – na propriedade do senhor. Eternamente removido de terras privadas e públicas, no campo e na cidade, o *sem-propriedade* moderno não encontra lugar definitivo no espaço do Ocidente.

Berman (1990) considera que, na modernidade, inauguraram-se formas novas de viver e experimentar o espaço e o tempo. Podemos acrescentar que essa experiência alcança de maneira muito diferente a *classe dos proprietários* e a *classe dos sem-propriedade*. A modernidade impõe, para a maioria, a experiência terrível de desenraizamento permanente – ou de remoção, para empregar um termo técnico oriundo do campo do planejamento urbano.

Segregação socioespacial e crise nas metrópoles contemporâneas

A expansão do fenômeno da segregação socioespacial, observado na atualidade nas metrópoles e grandes centros urbanos brasileiros, deve ser analisada como face indissociável da crise generalizada que atravessa a sociedade ocidental como um todo. Essa crise geral adquiriu grande visibilidade nas cidades, onde, em média, 80% da população dos países ocidentais está concentrada. No entanto, a crise não é específica da ordem urbana, não está inscrita apenas nos limites das cidades. Pelo contrário, observada a partir da nossa condição periférica no mundo ocidental, a crise atual diz respeito ao esgotamento do modelo de relações socialmente estruturadas, no espaço e no tempo, entre homem e natureza, entre campo e cidade, entre público e privado, entre proprietários e *sem-propriedade*, entre civilização e barbárie. É apenas para fins analíticos que podemos separar a crise urbana atual da crise geral da civilização.

A natureza da crise alcança os conteúdos estruturados da atividade social – as atividades econômicas, políticas, culturais e religiosas – e, indissociavelmente, as formas estruturadas de apropriação territorial – o público e o privado, o urbano e o rural. Trata-se de uma crise do sujeito social e da sua objetividade: desordem e instabilidade, então, que se estendem à totalidade dos *domínios da vida*.

Conforme vimos, os processos de segregação social no interior das cidades estruturaram-se, já, na aurora da modernidade. Pode-se dizer que a origem desse sintoma da crise urbana encontra-se na própria origem da modernidade. O fenômeno da segregação socioespacial é intrínseco à cidade moderna e, desde meados de 1970, assistimos ao seu agravamento acelerado.

Conforme Harvey (1993), a crise atual tem origens imediatas na inflexão do capitalismo ocorrida nos meados dos anos 70. A partir de então, segundo o autor, toda experiência social deve ser interpretada como experiência de viver em crise. Por um lado, esse ápice encontra-se associado a mudanças nos conteúdos político, econômico, cultural e religioso, e, por outro, coincide com mudanças nas representações do espaço e do tempo motivadas, sobretudo, pelo movimento vertiginoso e irreversível de “urbanização completa da sociedade ocidental” (Lefebvre, 1983).

Já no final dos anos 60, a tendência à urbanização completa da sociedade, então em curso, foi reconhecida como fato absolutamente novo na história da civilização ocidental. Conforme Lefebvre (ibid.), desde então, o futuro da cidade e, portanto, da civilização ocidental, pode ser considerado *uma caixa preta*: não podemos mais imaginar o seu vir-a-ser. É nesse sentido, também, que se pode falar de um “esgotamento das energias utópicas” (Habermas, 1987).

Nos anos 70 entram em cena: o neoliberalismo (ideário que busca combinar o máximo de liberalismo econômico com o mínimo de democracia política), a flexibilização do modelo de produção industrial, o aprofundamento das tecnologias de informação e comunicação, mudanças na forma da família tradicional e o declínio irreversível do catolicismo e de valores morais e éticos.

Indissociavelmente, no período assinalado, ocorreram mudanças na estrutura do espaço social do Ocidente moderno como um todo: ao crescimento demográfico correspondeu a aceleração da

tendência de urbanização completa da sociedade. Esse fato produziu um processo de deslocamento das fronteiras tradicionalmente existentes entre o urbano e o rural e entre o público e o privado.

No meio acadêmico bem como nos *mass media*, tornou-se comum, a partir dos anos 60 e, principalmente, dos 70, o uso de expressões tais como “crise urbana”, “desordem urbana”, “caos urbano” e “problemática urbana” para expressar sintomas da nova fase do desordenamento de objetos, atividades e homens verificado na extensão urbana do espaço social.

Na década de 70, o jornalismo iniciou a inclusão de encartes especiais destinados à publicidade da face cotidiana da crise urbana assimilada à desordem, instabilidade, insegurança, miséria e violência sangrenta a que encontravam-se submetidos os moradores das grandes cidades.¹ Desde então, matérias diárias passaram a veicular imagens e dados quantitativos sobre a escalada crescente da degradação da vida em todas as metrópoles e grandes cidades, sobretudo nas áreas de moradia dos mais pobres, nos países ocidentais periféricos.

Nesses tempos, tornou-se comum o emprego das palavras bárbaro e barbárie para expressar sintomas da gravidade dessa crise irremediavelmente instalada na estrutura do espaço urbano como um todo.

As crônicas desses tempos necessitam do recurso destes vocábulos para explicar a qualidade dos fatos que estão sendo descritos. Na medida em que a violência, por exemplo, tem se tornado endêmica em tempos de paz (...) ela acaba trazendo à tona a natureza cruel das relações sociais, deixando a todos desarmados diante da constatação de que um tal mundo esteve sendo, este tempo todo, cuidadosamente incubado, não mais em suas margens, mas nos próprios porões da civilização. (Menegat, 2003, p. 10)

O crescimento constante da violência urbana ao longo dos últimos 30 anos é, sem dúvida, um indicador eloqüente da gravidade das

¹ Odon Pereira, jornalista da *Folha de S. Paulo* durante os anos 1969-1983, é considerado o criador do enfoque de reportagens sobre problemas urbanos na mídia brasileira. Inicialmente denominada *Cidades*, essa editoria circula atualmente, neste jornal, sob o nome *Cotidiano*. Questões urbanas foram sua inclinação. *Folha de S. Paulo*, 16 nov. 2001.

circunstâncias nas quais estamos mergulhados. Desde a última década, nas grandes e médias cidades brasileiras, nos “habitamos” a estancar o ouvido para os estampidos de armas potentes usadas na guerra incessantemente travada, logo ali, não distante das nossas janelas. Trata-se de tiros oriundos de armas reais que, quase sempre, partem de regiões bem delimitadas do território da cidade: as favelas, ou outro nome que se queira dar às regiões clandestinamente ocupadas do território da cidade, onde se concentram os desprovidos da propriedade privada da terra e de meios indispensáveis à reprodução da vida urbana; onde concentram-se, podemos dizer assim, os *sem-propriedade*.² São tiros disparados ora por agentes do Estado, ora por garotos negros – ou quase brancos, como disse o poeta – com idade aproximada de 20 anos, para os quais a venda de drogas traficadas tornou-se, tragicamente, sua única garantia de sobrevivência e, portanto, de permanência nos territórios das favelas. Sobrevivência em termos pois raramente esses jovens alcançam 30 anos!³

Na verdade, boa parte dessa geração de jovens pobres é descendente direta – filhos e netos – dos milhões de brasileiros que, entre as décadas de 70 e 80, penetraram nas metrópoles e grandes cidades depois de perderem o lugar que ocupavam no campo. Trata-se de milhões de migrantes que deixaram o campo, onde, em geral, viviam na condição de posseiros – *sem-propriedade* –, e vieram estabelecer-se na condição de *sem-propriedade* na cidade. Aqui, obrigaram-se a ocupar clandestinamente a terra urbana, a produzir coletivamente o espaço de moradia e a resistir às remoções implícitas ou explícitas.

A favela é a forma de viver do *outro* na grande cidade. A partir de formas coletivas de apropriação da terra, os *sem-propriedade* geraram uma forma-conteúdo própria de viver. Sua trama espacial interna resultou necessariamente distinta da tradicional representação

² Na escolha do termo *sem-propriedade* encontramos possibilidades de vincular a sua origem à própria origem da forma privada de propriedade da terra e dos meios de vida. Assim, pode-se comparar os *sem-propriedade* em qualquer época da sua longa trajetória no mundo ocidental.

³ Nos últimos 20 anos, no Brasil, ocorrem, em média, 30 mil homicídios por ano. Estima-se que 70% desse total de mortes corresponda a jovens urbanos com idade entre 15 e 25 anos (Paixão, 2003).

geométrica das cidades ocidentais. A forma de apropriação que estabelecem resulta de acordos que os moradores realizam entre si e não de acordos realizados com o Estado.

As regiões clandestinamente ocupadas do território da cidade têm uma ordem interna claramente distinta da ordem urbana tradicional. Tanto na criação do plano da ocupação da superfície quanto do volume gerado, a forma espacial da favela difere essencialmente da forma urbana historicamente hegemônica da cidade ocidental.

A violência urbana indica que a geração atual de jovens pobres já não encontra mais lugar para morar nas metrópoles, nem dentro e nem fora das favelas. A problemática não se restringe ao conteúdo econômico dado pela recessão, pela reestruturação produtiva e pela falta de empregos. É a configuração hegemônica ordenada pelo tradicional modo público-privado de propriedade que não pode conter o novo conteúdo social: *o vaso quebrou*.

Em outras palavras, nas metrópoles, a reprodução de numerosos *sem-propriedade* vem sendo inviabilizada. Este parece ser o elemento essencial da crise: o futuro é absolutamente negado a uma parcela cada vez maior de jovens pobres das cidades. Na medida em que a reprodução da vida encontra-se ameaçada em determinadas porções do seu território, o futuro da metrópole torna-se incerto para todos. As tensões sociais tornam-se, tendencialmente, mais amplas e radicais.

As recentes mobilizações dos *sem-propriedade* – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra –, em várias capitais do país, trazem à tona elementos para a análise dessa face pouco explorada da crise atual: a face associada às formas históricas de apropriação do território e, portanto, do modelo de estruturação do espaço que foi adotado ao longo do processo de colonização do Brasil.

Ao contrário dos seus antepassados que, até a década de 70, concentravam-se predominantemente no campo, os *sem-propriedade* de hoje encontram-se concentrados no interior das metrópoles e grandes centros urbanos. Como foi divulgado recentemente nos jornais, a organização dos sem-teto é formada pelo excedente populacional de densas favelas.⁴

⁴ “Lema do grupo é ocupar, resistir e construir”, *Folha de S. Paulo*, 27, jul, 2003.

As favelas que se fixaram em lugares próximos de fontes de emprego e renda e que, nos últimos 20 anos, conquistaram certos serviços e equipamentos urbanos prestados pela rede pública, vivem uma situação limite de adensamento.⁵ O destino do excedente populacional gerado pelo crescimento demográfico, nessas favelas, tem sido a formação de novas favelas a partir da ocupação clandestina de regiões periféricas cada vez mais distantes. No entanto, o afastamento dos centros geradores de renda condena esse excedente à imobilidade espacial, pelo elevado custo do transporte e o elevado tempo necessário para o deslocamento habitação-trabalho.⁶ Por outro lado, a situação jurídica irregular das regiões clandestinamente ocupadas impede o acesso direto à rede pública de atendimento de serviços urbanos.

Nesse caso, observam-se novas e extensas regiões relativamente homogêneas, onde a renda familiar oscila entre zero e um salário mínimo: “Aqui você anda e anda e não é capaz de juntar um real. Tem muita criança que não é registrada e quando morre é enterrada no quintal mesmo. O vizinho faz de conta que não viu porque ele já viveu a mesma situação”.⁷ Sem acesso aos meios necessários à vida urbana, os moradores das novas periferias metropolitanas aguardam a sorte de serem incluídos em programas de assistência social do Estado ou das Igrejas Evangélicas.

Na cidade de São Paulo, 5,5 milhões de pessoas vivem, atualmente, em territórios clandestina ou irregularmente ocupados. Isto é, os *sem-propriedade* constituem, hoje, 50% dos habitantes e ocupam apenas 17% da totalidade do território desta cidade. Dito de outra maneira, a outra metade dos habitantes ocupa 83% do território urbano.⁸

⁵ A elevada densidade das favelas pode ser observadas, por exemplo, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. A Maré reúne 132.000 habitantes. Enquanto o município do Rio de Janeiro apresenta, em média, 328 hab/Km², a Maré apresenta uma densidade de 21.400 hab/Km². Censo Maré 2000, Centro de Educação e Ações Solidárias da Maré (CEASM), 2000.

⁶ Ver a matéria “Tarifa alta cria os excluídos do transporte”, *Folha de S. Paulo*, 5 de out., 2003.

⁷ Depoimento dado à autora em julho de 2002, por um morador de uma área clandestinamente ocupada na periferia do município de Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

⁸ Ver, “Metade de São Paulo mora irregularmente”. *Folha de S. Paulo*, 4 de jul, 2000.

O número dos *sem-propriedade* que vivem segregados em territórios clandestinamente ocupados cresceu, na última década, não apenas em São Paulo mas em todas as metrópoles e em todas as grandes e médias cidades brasileiras. Trata-se de um fenômeno generalizado, que alcança, tendencial e irreversivelmente, a totalidade do espaço urbano brasileiro.

Esse dado ilustra que as reflexões sobre a questão social contemporânea, se desejam alcançar concreticidade, devem considerar o significado profundo, para a sociedade como um todo, das mudanças em curso nas formas de apropriação do território.

Por outro lado, o fenômeno não se restringe às metrópoles e grandes centros urbanos brasileiros. Cidades como Buenos Aires, La Paz, Lima, Bogotá e México, por exemplo, igualmente enfrentam a problemática do crescimento interno dos *sem-propriedade* concentrados em terrenos clandestinamente ocupados. Conforme dados da ONU-Habitat, em média, 31,9% dos habitantes da América Latina e Caribe vivem em “bairros marginais”. Esse percentual cresceu para 6,2% na Europa, nos últimos anos.⁹

Não só as favelas brasileiras, mas também os guetos negros das cidades americanas e os conjuntos habitacionais na *banlieue* francesa são exemplos da tendência ao crescimento dos *sem-propriedade* nas cidades ocidentais. Nos países centrais, os *sem-propriedade* ocupam edifícios velhos e degradados (Wacquant, 1995). Na América Latina, formam favelas em áreas novas da periferia. É, todavia, aqui, nas metrópoles da periferia do mundo ocidental que essa crise adquire sua face mais perversa, submetendo gigantescas massas de pobres e miseráveis à incerteza, à aleatoriedade e à possibilidade de extermínio.

O dilema dos *sem-propriedade* tem raízes profundas não apenas na gênese e estruturação do modelo hegemônico de produção da riqueza social mas, indissociavelmente, na gênese e estruturação do modelo correlato de apropriação que se tornou hegemônico no mundo ocidental. Medidas voltadas à retomada do crescimento econômico

⁹ “Número de favelados dobra em sete anos e chega a 1 bilhão”. *Jornal do Brasil*, 7 de out., 2003.

“Uma bomba relógio: Relatório da ONU prevê que dois bilhões de pessoas viverão em favelas em 2030”. *O Globo*, 7 de out., 2003.

e à diminuição do desemprego não representam, necessariamente, o enfrentamento da questão social, pois impõem o enfrentamento simultâneo da questão da segregação socioespacial.

A partir dos anos 70 e até os dias de hoje, vivemos o aprofundamento continuado das desigualdades socioespaciais, isto é, do crescimento dos *sem-propriedade* em territórios clandestinamente ocupados da cidade, da consolidação de descontinuidades na malha urbana tradicional e da produção de um novo tecido nas periferias.

Observando, no presente, a estrutura espacial de megalópoles do Ocidente periférico, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, indagamos: como a segregação socioespacial chegou a esse ponto? Onde buscar fios condutores para compreender a criação desse modo desigual de apropriação dos recursos urbanos que impõe, tendencialmente, para a maioria, formas ilegais e clandestinas de sobrevivência na cidade?

A colonização permanente e a formação das velhas e novas metrópoles brasileiras

A reificação, essa face da alienação, obstaculiza a leitura da gênese estruturada da cidade. As formas fenomênicas das metrópoles brasileiras – mais do que as demais cidades – escondem/revelam a essência do aparentemente enigmático processo de apropriação do território nacional historicamente estruturado pelo colonizador europeu.

Ao modo privado de apropriação da terra, o colonizador ocidental associou o modo escravista de produção de excedentes regionais voltados para o mercado externo. O processo de acumulação tendeu a realizar-se de forma desigualmente repartida entre o território colonizado e a metrópole colonizadora.

Das nove cidades que durante os anos 70 foram instituídas como metrópoles, oito foram criadas no período colonial:¹⁰ Belém (1616: cidade), Fortaleza (1726: vila; 1823: cidade), Recife (1709: vila; 1823: cidade), Salvador (1549: cidade), Rio de Janeiro (1565: cidade), São Paulo (1558: vila; 1711: cidade), Curitiba (1693: vila) e Porto Alegre (1808: vila; 1822: cidade) (Azevedo, 1992).

¹⁰ Apenas Belo Horizonte foi criada no final do séc. XIX.

Das 17 novas Regiões Metropolitanas criadas nos anos 90,¹¹ os seguintes núcleos foram fundados no período colonial: São Luís (1612: cidade); Natal (1599: vila); Maceió (1815: vila); Vitória (1551: vila); Campinas (1727: vila); Santos (1545: vila); Florianópolis (1726: vila). Trata-se de vilas e cidades esquadrihadas, à época, pelo colonizador europeu sobre o terreno da tribo indígena, agora – e para sempre – desmantelada. Essa é a gênese da cidade brasileira, o seu princípio, o marco zero. Beneficiando-se da base riquíssima de conhecimentos sobre o território acumulados pelos índios ao longo de alguns milhares de anos, o colonizador estampou a cidade e estruturou o seu modelo civilizatório.

As cidades criadas no período colonial sediaram o sujeito político concreto (o conjunto de famílias, de fidalgos e de congregações religiosas) que iniciou, em nome do rei, a colonização do território brasileiro, isto é, a apropriação particular da terra (com caráter hereditário) indissociavelmente ligada ao projeto de produção – com o uso da força de trabalho escravizada – de excedentes econômicos voltados para atender demandas de acumulação do centro (o açúcar, o ouro, o café) (Furtado, 2000). Essas cidades constituíram-se como capitais regionais – cabeças – que reuniram as condições necessárias para sediar o sujeito político que comandou o processo de apropriação territorial bem como de produção e repartição do excedente. Ao final do período colonial essas “capitais” já estruturavam, em redes regionais, articulações complexas entre o urbano e o rural e entre o centro e a periferia do mundo ocidental.

A consolidação das velhas metrópoles encontra-se associada ao processo de incorporação, ao sistema produtivo do mundo ocidental, de terras e capitais da faixa litorânea (Regiões Sul, Sudeste, Nordeste e muito parcialmente Norte). A institucionalização das novas metrópoles, a partir de meados dos anos 90, encontra-se, muito provavelmente, associada ao processo de incorporação, ao mercado,

¹¹ As novas regiões metropolitanas instituídas por decreto federal, no período entre 1995 e 2002, são: Maceió (AL), Brasília (DF), Vitória (ES), Goiânia (GO), São Luís (MA), Ipatinga (MG), Londrina (PR), Maringá (PR), Natal (RN), Florianópolis (SC), Blumenau (SC), Joinville (SC), Itajaí (SC), Criciúma (SC), Tubarão (SC), Santos (SP) e Campinas (SP).

do estoque de terras das regiões Norte e Centro-Oeste, ocorrido ao longo dos últimos 30 anos. É importante lembrar que a produção das condições necessárias para incorporar essa enorme extensão territorial (que podemos denominar a última fronteira) constituiu parte importante do projeto da ditadura militar na década de 70.

Nesse período ocorreu um notável crescimento econômico acompanhado de uma igualmente notável concentração da renda e da propriedade privada. Ao longo dos anos 70 e 80 observamos o aprofundamento do processo de apropriação privada de terras devolutas e de reservas indígenas em nome da produção agrícola e agroindustrial (*agrobusiness*) predominantemente destinada ao mercado internacional (Ianni, 1981). Esse processo inviabilizou a permanência, no campo, de milhões que viviam na condição de *sem-propriedade*, como posseiros e meeiros. Estes foram violentamente expulsos pelo sistema de grilagem e outros mecanismos, como a abertura de estradas que rasgavam os eixos pelos quais a apropriação privada da nova fronteira ganhava terreno.

Sob o signo da integração territorial, vastas estradas abriram o acesso para a grilagem de terras por poderosos grupos econômicos oriundos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, provocando expulsão e morte (ibid.). Também foram absorvidas vastas áreas de reserva florestal com danos irreversíveis ao meio ambiente, ao clima e à biodiversidade.

Nas últimas duas décadas, os frutos da “integração nacional” começaram a ser colhidos. Nos anos 80 e, principalmente, nos anos 90, nos novos “latifúndios produtivos” do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Goiás, de Tocantins, do noroeste de São Paulo e do Paraná, do norte do Espírito Santo, despontam fazendas de gado e a moderna agroindústria da soja, do algodão, da cana-de-açúcar, da celulose. No oeste de Santa Catarina, ganham dinamismo a agroindústria vinculada à criação de aves e suínos e, no litoral desse estado, o desenvolvimento da mineração de carvão. Na Região Norte do país, avançam as áreas de criação de gado e a mineração. Estes são, basicamente, os novos setores produtivos responsáveis pelo superávit da balança comercial do país. Trata-se, portanto, de uma produção intensiva, altamente lucrativa e voltada para a exportação. O *agrobusiness* desenvolvido nas duas últimas décadas, vem situando o Brasil entre os

maiores produtores e exportadores mundiais de carne, soja, celulose, açúcar e café, por exemplo.

A incorporação, ao sistema produtivo, das terras adormecidas da última fronteira – o Cerrado e a Amazônia – vem se realizando através de uma verdadeira reedição atualizada da tradição de colonização. A apropriação privada de imensas glebas por grupos empresariais do Sul, Sudeste, Nordeste e do exterior do país encontra-se indissociavelmente ligada ao projeto de produção agroindustrial em escala intensiva alcançada com o uso das mais modernas técnicas de cultivo e transformação do produto. Contudo, em unidades produtivas no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, no Pará e no Espírito Santo observa-se (vergonhosamente) o uso de trabalho escravo e de mão-de-obra infantil em proporções significativas.

É preciso lembrar que essas terras não se encontravam “vazias”, mas ocupadas por uma numerosa população de posseiros, que foram expulsos, perdendo assim seus tradicionais meios de vida. Ao processo recente de colonização das fronteiras norte e centro-oeste do território encontra-se indissociavelmente ligado o processo de intensa urbanização:

Atualmente, 70% da população amazônica vivem em núcleos urbanos. Em 1970, esse número representava 35% do total. Passou a 44% na década de 80 e a 58% em 1991. A professora Bertha Becker, da UFRJ, acredita que esse aumento considerável foi impulsionado, na década de 70, pela mobilidade populacional da mão-de-obra para a abertura de fazendas e, depois, complementada pelo forte processo de municipalização. (<http://www.unb.br/acs/acsweb/>).

Definitivamente, não podemos dissociar a decisão política de instituição das novas regiões metropolitanas do intenso processo de municipalização em curso, não apenas nas terras da Amazônia, mas, igualmente, em Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.¹² Está em curso um novo movimento de colonização. E o movimento atual de metropolização encontra-se, muito possivelmente, associado a esse movimento contraditório de desconcentração dos

¹² Em 1950, havia 1.890 municípios no Brasil. Em 2000, 5.400 municípios. Em meio século, o número de municípios quase triplicou.

capitais do Sul, do Sudeste e do Nordeste em direção ao Norte e ao Centro-Oeste.

Nesse sentido, acreditamos na hipótese de que, em sua maioria, as novas metrópoles indicam a região de origem do sujeito, isto é, do proprietário dos investimentos que estão sendo aplicados no processo de colonização recente das fronteiras norte e oeste do território nacional. Indicam, portanto, indissociavelmente, o lugar prioritário para onde deverão retornar os resultados altamente lucrativos obtidos com as novas atividades. Indicam, então, o lugar onde deverá ocorrer o novo processo de acumulação, de concentração de população, de serviços, de riqueza e de pobreza. O leste catarinense, o norte do Paraná, Campinas, Goiás, Distrito Federal, a região do Vale do Aço e Vitória são as regiões do território nacional onde estão as novas metrópoles aptas a absorver a maior parte do retorno dos investimentos do agronegócio.

Na sua maioria, as novas metrópoles constituem-se como novas capitais prontas para comandar os negócios públicos e privados necessários à realização do excedente da agroindústria do Centro-Oeste. São os novos centros de serviços e negócios, acalentados pela cultura dos rodeios e da música sertaneja interiorana.

O fenômeno que deflagrou a problemática urbana atual foi o ingresso em massa dos *sem-propriedade* expulsos do campo pelos processos de colonização da *última fronteira*, iniciados acerca de 30 anos atrás. Desde então, sem outra alternativa, milhões de famílias passaram a viver e a se reproduzir sob a condição de *sem-propriedade* nas metrópoles e nas grandes e médias cidades. Na cidade de Porto Alegre, por exemplo, em 1951, os *sem-propriedade* constituíam 3,9% do total da população da cidade. Em 1979, essa proporção cresceu para 13,6%. No final da década de 90, alcançou cerca de 28%.

Nas três últimas décadas, as metrópoles brasileiras receberam numerosas legiões de *sem-propriedade*. É importante recordar que, ao longo das décadas de 70 e 80, 27 milhões de brasileiros migraram do campo em direção às cidades.¹³ Este fluxo migratório foi considerado o maior do planeta, no período. Segundo dados do IBGE, em

¹³ Em 1970, o Brasil possuía 90 milhões de habitantes.

1950, o percentual de urbanização da população brasileira era 36,2%, em 1980, alcançava 67,6% e, em 2000, chegou a 81,3%.

O modelo ocidental de urbanização produz os sem-propriedade

A civilização greco-romana inventou a propriedade privada como unidade lógica de divisão e apropriação da terra e dos meios de vida. A gênese e a estruturação desse *logos* espaço-temporal é indissociável da gênese e da estruturação do sujeito e da práxis social que, desde a Antiguidade, tão singularmente configuraram o modelo ocidental de civilização. Isto é, no Ocidente, o movimento de criação do sujeito social – concretamente, o proprietário, o cidadão –, bem como dos âmbitos bem definidos da sua práxis – o econômico, o político-jurídico, o cultural e o religioso – são indissociáveis do movimento de criação da polis e, portanto da estruturação do espaço social em propriedades privadas e públicas, urbanas e rurais. Tais elementos instituintes da polis – e suas tensões originais – vieram estruturar, com continuidades e descontinuidades, não apenas a experiência política, mas a totalidade da experiência urbana ocidental posterior. Desde então, a possibilidade de expansão territorial da civilização ocidental encontra-se condicionada à possibilidade de expansão da rede de cidades, da grade de propriedades.

Trata-se de formas-conteúdos indissociáveis, tensamente relacionadas, dialeticamente constituídas, logicamente tramadas. São indissociáveis porque originaram-se e desenvolveram-se de maneira interdependente. A gênese do modo de produção da vida material e espiritual fundada no trabalho escravo é, portanto, indissociável da estruturação do modo de apropriação do território e dos recursos sociais e naturais fundada na propriedade privada.

A polis, observada na totalidade, é a verdadeira matriz que “configura a bela individualidade dos gregos”, o “seu espírito” (Hegel, 1999), “o seu pensamento racional original” (Vernant, 1989), a “comunidade política” (Aristóteles, 1997), mas que reúne também a trágica condição de produzir, a partir das suas entranhas, intrínseca e permanentemente, o excluído, o *outro*: o *sem-propriedade*.

Em que ponto do espaço essa racionalidade é comandada, adquirindo sentido e direção? Tradicionalmente, seu sentido depende da forma particular como se entrelaçam os interesses do mundo público e privado; da cidade e do campo; dos proprietários e dos *sem-propriedade*; do centro e da periferia; da civilização e da barbárie.

A propriedade privada nasceu no Oriente, na Antigüidade, mas, lá, jamais alcançou predomínio sobre formas coletivas de apropriação do espaço social. É apenas no Ocidente que se tornou forma dominante de apropriação do território e lugar da acumulação da riqueza socialmente produzida. No antigo Ocidente greco-romano, foi inventada a forma geométrica, precisa, de delimitação do terreno e a definição jurídica e social correspondente da propriedade privada, legitimando, também, a escravidão.¹⁴

A nova ordem espacial, inicialmente criada pelos gregos, só pôde ser imaginada diante dos desafios de ocupação da imensidão de *novas* terras alcançadas na porção ocidental do Mediterrâneo. Os gregos que criam a nova ordem constituíram-se, antes de mais nada, como empreendedores privados dispostos a efetuar a apropriação das terras. A nova ordem urbana que gradativamente se consolidou e ganhou unidade emergiu do empreendimento de colonização que, para se fazer, destruiu a territorialidade do *outro*.

Onde era a aldeia, o território de propriedade coletiva de pastores e agricultores que viviam no litoral do Mediterrâneo, o colonizador grego comandou a implantação do *logos* da propriedade pública e privada, unidades de formação da pólis.¹⁵ A diversidade das

¹⁴ A pesquisa da etimologia das palavras é muito útil para confrontar diferenças entre o significado atual e o original de um termo dado, possibilitando medir mudanças ao longo do tempo. Martignetti observa que o substantivo *propriedade* não apresenta mudanças fundamentais desde a sua origem: “O substantivo propriedade deriva do adjetivo latino *proprius* e significa: que é de *um indivíduo específico* (ou de um objeto específico; neste caso, equivale a: típico daquele objeto, a ele pertencente), sendo apenas seu” (Bobbio et alii, 1999, p. 1021).

¹⁵ Na Antigüidade, a obra de colonização do Ocidente, iniciada pelos gregos no litoral, foi continuada pelos romanos que, entre os séc. III a.C. e II d.C. a estendem para o interior do continente europeu até os rios Danúbio e Elba.

formas de aldeias neolíticas, de modos de vida, de línguas encontradas foi arrasada em nome da isotopia, da homogeneização espacial e social trazidas pela polis:

Destruídas as distinções, o mundo é submetido ao domínio dos homens [...] A multiplicidade das figuras se reduz à posição e à ordem. De agora em diante, o ser se resolve no *logos*. (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 22)

Onde era o território sagrado da aldeia impuseram-se as formas edificadas do mundo civilizado. E os homens e as mulheres da tribo foram escravizados para edificar, pedra sobre pedra, a obra do colonizador:

O lugar dos espíritos e demônios locais foi tomado pelo céu e sua hierarquia; o lugar das práticas de conjuração do feiticeiro e da tribo, pelo sacrifício bem dosado e pelo trabalho servil mediado pelo comando. (Ibid., p. 23)

A gênese da polis e da propriedade privada, como modo hegemônico de apropriação da terra, e da escravidão, como modo de produção dominante, são indissociáveis. O conjunto de cidadãos comanda a criação da polis como totalidade estruturada de forma e função. Nos marcos da propriedade, comandam a implantação e edificação das formas espaciais abertas e fechadas – campos, praças, ruas e edifícios públicos e privados, que vão abrigar o desenvolvimento de atividades políticas, econômicas, culturais e religiosas. Posteriormente, ao longo do tempo, os herdeiros jurídicos das propriedades irão comandar o trabalho de manutenção da obra edificada e, quando necessário, da expansão da estrutura outrora ordenada.

É com a violência das armas que os cidadãos gregos da Antigüidade separaram em propriedades privadas o território de propriedade coletiva das tribos do Mediterrâneo.¹⁶ Esse ato criou,

¹⁶ “Até hoje, todas as revoluções têm sido contra um tipo de propriedade e em favor de outro; um tipo de propriedade não pode ser protegido sem que se lese outro. (...) E na realidade, desde a primeira até a última dessas chamadas revoluções políticas, todas elas se fizeram em defesa da propriedade, de um tipo de propriedade, e se realizaram por meio do confisco dos bens (dito de outro

indissociavelmente, as figuras sociais do proprietário e do *sem-propriedade*. A partir de então, cada um iria ocupar um lugar distinto no espaço social, ao qual correspondia um lugar igualmente distinto na produção da vida social. Os proprietários reservaram para si a atividade de comando (*archê*), e, para os *sem-propriedade*, reservaram o trabalho de produção direta de todo o excedente social, na cidade e no campo. Na cidade, esse excedente adquiriu, essencialmente, a forma de objetos arquitetônicos e urbanísticos.

Daquele momento em diante, contraditoriamente, a reprodução da civilização dependeria de ambos, do escravo e do cidadão. Ao cidadão caberia a esfera da práxis que cria o projeto (que reúne o passado e o futuro) e, ao escravo, caberia o trabalho comandado no sentido da edificação e da produção direta do objeto (a pura presentificação). O cidadão destinou para si a atividade intelectual e a desenvolveu, historicamente, como uma força produtiva.

Embora a materialização do projeto seja parte indissociável da obra criada, o escravo jamais será reconhecido como criador. O escravo jamais será reconhecido como sujeito, mas, considerado objeto: um *instrumentum vocale* – um instrumento com voz – como o denominaram os romanos. Objeto entre os demais objetos produzidos pela civilização ocidental:

Os cantos de Homero e os hinos de *Rigveda* datam da época da dominação territorial e dos lugares fortificados, quando uma belicosa nação de senhores se estabeleceu sobre a massa dos autóctones vencidos. (Ibid., 1985, p. 27)

Essa configuração socioespacial contraditória que singularizou a civilização ocidental¹⁷ apresenta enraizamento profundo: sua estrutura essencial adquiriu permanência, apesar da descontinuidade representada pela ruína do Império Romano. Mesmo depois da experiência do modo feudal de propriedade, que sucedeu o mundo urbanizado

modo: do roubo) por outro tipo de propriedade. Tanto é assim que há dois mil e quinhentos anos não se tem podido manter a propriedade privada senão com a violação dos direitos de propriedade” (Engels, 1980, p. 127).

¹⁷ A forma privada de propriedade jamais foi hegemônica no Oriente.

da Antigüidade greco-romana, tal qual um esqueleto do qual o Ocidente parece não se desvencilhar, as formas de ordenamento territorial representadas pelo público e o privado, o urbano e o rural, a civilização e a barbárie emergem na Idade Moderna, atualizam-se reestruturando reciprocamente o sujeito e a práxis, o espaço e o tempo da civilização ocidental.

A cidade erguida na modernidade, cuja materialidade e cujo sistema de necessidades sociais parecem ser tão radicalmente distintos da cidade antiga, constitui *apenas* o momento mais recente da longa trajetória espaço-temporal da urbanização do Ocidente. Apesar de drásticas, as descontinuidades que marcaram, por um lado, o fim do público e do privado na Antigüidade e, por outro, a transição para formas comunais de produção dos meios de vida e de apropriação da terra no período medieval, não foram suficientes para apagar o registro dos fios lógico-dialéticos que podem nos conduzir à compreensão do modo de criação do Ocidente.

Considerações finais

O renascimento da cidade ocidental, a partir do século XI, ocorreu através da retomada (violenta) das formas de ordenamento territorial que haviam definido o Ocidente na Antigüidade. No início do segundo milênio d.C., uma série de novas cidades foram fundadas pelos processos de colonização da fronteira norte da Europa, região acima dos Rios Danúbio e Elba, onde os romanos não chegaram a penetrar na Antigüidade. Em geral, essas cidades obedeceram ao padrão geométrico de parcelamento da propriedade:

Muitas cidades medievais eram destinadas de antemão à colonização: freqüentemente, embora nem sempre, eram elas traçadas segundo uma rigorosa planta em tabuleiro, com uma praça central que ficava aberta para o mercado e a assembléia pública. (Mumford, 1982, p. 328)

Como vimos, esse *logos* encontra-se associado ao modelo de urbanização greco-romano: a grade, o tabuleiro de xadrez, o

esquadrinhamento do território em propriedades públicas e privadas. Se é verdade que a forma jurídica da propriedade privada só foi plenamente estabelecida a partir do século XVIII, na modernidade, é verdade também que, na prática, formas privadas de apropriação da terra já vinham se desenvolvendo desde as primeiras experiências do renascimento da cidade no séc. XI.

Em confronto – às vezes mais, às vezes menos agudo – com o poder eclesiástico de determinação do modo de propriedade da terra e dos recursos naturais e sociais, o homem ocidental moderno recuperava formas históricas de *ordenar racionalmente* o tempo e o espaço. Num período em que a Igreja Católica era proprietária da maioria das terras agricultáveis da Europa, basicamente usadas de modo comunal, a proposta de ordenamento territorial *racional* significava, antes de mais nada, a reestruturação da forma pública/privada. Na longa transição entre o declínio do modo de produção feudal e a consolidação do modo de produção capitalista, a base territorial da Europa Ocidental foi reconfigurada, redesenhada pelas formas de apropriação pública e privada, urbana e rural, bem como pela idéia de oposição entre civilização e barbárie.

Entre o final do século XVIII e primeira metade do século XIX, quando os processos de industrialização e de definição jurídica da propriedade privada se combinam, os *sem-propriedade* da terra, os destituídos dos meios de vida que contam unicamente com a venda da força de trabalho para sobreviver, iniciam sua saga de penetração, em grande número, na cidade e, aqui, ganham permanência, reproduzindo, por gerações, sua condição.¹⁸

Na tradição do Ocidente, desde a Antigüidade, a urbanização é um modo específico de colonização que se implanta mediante a lógica da desterritorialização do *outro*. E a forma de propriedade pública/privada é a unidade que coesiona lógica e dialeticamente o domínio territorial, em toda sua extensão. No século XVI, quando os ocidentais ampliaram seu território anexando o Novo Mundo, fizeram-no segundo esse mesmo modo de colonização. É nesse sentido que

¹⁸ Hoje, na aurora do século XXI, esse movimento está em vias de completar-se: a quase totalidade dos *sem-propriedade* vive nas cidades.

se pode falar que o continente americano é, hoje, parte indissociável do Ocidente. Assim, propomos inscrever a experiência urbana brasileira e latino-americana num roteiro reflexivo que a considere como parte indissociável da totalidade da experiência urbana do mundo ocidental. À época em que *descobriu* o continente americano, a Europa ocidental experimentava um processo interno de reordenamento socioespacial. Nesse sentido, o novo estoque de terras e de recursos naturais encontrados na América foi fundamental para o seu devir.

Nesse quadro, consideramos a gênese e o desenvolvimento do modo de urbanização do Ocidente como um todo estruturado entre centro e periferia. Assim, buscamos compreender o processo de colonização do Brasil e da América Latina como partes indissociáveis da história da urbanização do mundo ocidental. Consideramos, portanto, que a crise atual alcança a totalidade do Ocidente, muito embora seja na sua periferia que a face mais perversa se apresenta. Aqui, nas fronteiras do Ocidente, interpretamos a segregação crescente dos *sem-propriedade* em áreas clandestinamente ocupadas do território das grandes cidades como expressão dos limites dessa forma e desse conteúdo civilizatório.

Referências

- ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. (1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ALFONSIN, B. e FERNANDES, E. (2003). *A lei e a legalidade na produção do espaço urbano*. Belo Horizonte, Del Rey.
- ANDERSON, P. (1991). *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. São Paulo, Brasiliense.
- ARANTES, O. (2000). *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo, Edusp.
- ARISTÓTELES (1997). *Política*. Brasília, Editora da UnB.
- AZEVEDO, A. (1992). Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. *Terra Livre*, n. 10. São Paulo.
- BENJAMIN, W. (1987). "Sobre o conceito de história". In: *Magia e técnica, arte e política: literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense.

- BERMAN, M. (1990). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BOBBIO, N. et alii (1999). *Dicionário de política*. Brasília, UNB.
- BOGUS, L. M. (1987). *Urbanização: por que e para quem?* Tese de doutorado. São Paulo, FAU/USP,
- BOSI, A. (1999). *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CARDOSO, A. L. e RIBEIRO, L. C. Q. (1996). *Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ-FASE.
- CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro, Vozes.
- DOBB, M. (1963). *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ENGELS, F. (1985). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Global.
- _____. (1980). *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FRIEDMAN, F. (1999). *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar/Garamond.
- FURTADO, C. (2000). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional.
- HABERMAS, J. (1974). *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo, Tempo Brasileiro.
- _____. (1987). A nova intransparência: a crise do Estado de Bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos*, CEBRAP. São Paulo, n. 18.
- HARVEY, D. (1993). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- HEGEL, F. (1999). *Filosofia da história*. Brasília, UNB.
- HOLANDA, S. B. (1999). *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- IANNI, O. (1981). *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis, Vozes.
- KOSIK, K. (1976). *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LAGO, L. C. do. (2000). *Desigualdades e segregação na metrópole*. Rio de Janeiro, Revan, Observatório IPPUR/UFRJ-FASE.

- LEFEBVRE, H. (1979). *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____(1983). *La revolución urbana*. 4 ed. Madrid, Alianza Editorial.
- LEFORT, C. (1996). "O imaginário da crise". In: NOVAES, A. (org.). *A crise da razão*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MARX, K. (1982). *Para a crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural.
- MARX, K. e ENGELS, F. (1986). *A ideologia alemã*. São Paulo, Hucitec.
- MENEGAT, E. (2003). *Limites do Ocidente: um roteiro para o estudo de formas e conteúdos estruturais*. Tese de doutorado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MENEGAT, M. (2003). *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/FAPERJ.
- MUMFORD, L. (1982). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes/UNB.
- PAIXÃO, M. (2003). *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro, DP&A.
- POLANYI, K. (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus.
- RIBEIRO, A. C. T. e LOURENÇO, A. (2001). Discurso tentativo sobre o anonimato. *Revista Sociedade e Estado*, v. XVI, n. 12.
- _____(2000). Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. *Revista Brasileira de Educação Médica*. Rio de Janeiro, v. XXIV, n.1.
- SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SANTOS, C. N. F. dos. (1978). Voltando a pensar em favelas por causa das periferias. Simpósio de estudos de planejamento Urbano e Habitacional. *Anais...* Rio de Janeiro, PUC, NEURB.
- SANTOS, M. (1987). *Espaço e método*. São Paulo, Nobel.
- _____(1999). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec.
- SMOLKA, M. O. (1992). Mobilidade intra-urbana no Rio de Janeiro: da estratificação à segregação residencial no espaço. VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais...* v. III.

- SINGER, P. (1973). *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense.
- VERNANT, J. P. (1989). *Origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- VILLAÇA, F. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel/Lincoln Institute.
- WACQUANT, L. J. D. (1995). Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. *Novos Estudos Cebrap*, n. 43. São Paulo.
- WEGNER, R. (2000). *A conquista do Oeste*. Belo Horizonte, UFMG.

Recebido em mar/2005
Aprovado em maio/2005